



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

Estratégias Pedagógicas na Educação Infantil: as relações étnico-raciais na Escola Municipal Ipanema de Valparaíso de Goiás

WELLISSON SILVA DE SOUZA SANTOS

Brasília – DF

2015

WELLISSON SILVA DE SOUZA SANTOS

Estratégias Pedagógicas na Educação Infantil: as relações
étnico-raciais na Escola Municipal Ipanema de Valparaíso de
Goiás

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade de Brasília
(UnB), como requisito para obtenção do
grau de Especialista em Educação em e
para os Direitos Humanos no contexto da
Diversidade Cultural

Professora Orientadora: Dr^a Nair Heloisa Bicalho de Sousa

Brasília – DF

2015

Santos, Wellisson Silva de Souza

Estratégias pedagógicas: as relações étnico-raciais na educação infantil / Wellisson Silva de Souza Santos – Brasília. – 2015.

42 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) –
Universidade de Brasília – UNB. Instituto de Psicologia.

Orientadora: Profª Drª Nair Heloisa Bicalho de Sousa,
Instituto de Ciências Sociais.

1. Estratégias Pedagógica. 2. Relação Étnico-Racial. 3. Educação Infantil. 4. Cultura Afro- brasileira.

WELLISSON SILVA DE SOUZA SANTOS

Estratégias Pedagógicas na Educação Infantil: as relações
étnico-raciais na Escola Municipal Ipanema de Valparaíso de
Goiás

A comissão examinadora, abaixo identifica, aprovado o trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação em para os Direitos Humanos, no contexto da diversidade cultural do (a) aluno(a).

Nome do aluno(a) Wellisson Silva de Souza Santos

Dr^a Nair Heloisa Bicalho de Sousa
Professora- Orientadora

Táisa resende Souza
Professora- Examinadora

Brasília, 14 novembro de 2015

Dedico este trabalho a todos os professores e professoras que lutam por um processo de construção das práticas pedagógicas de combate à discriminação racial, ao preconceito e de rompimento como a naturalização das diferenças étnico-raciais que acabam por reforçar o mito da democracia racial.

AGRADECIMENTOS

É com muita emoção que elaboro essas simples frases para agradecer carinhosamente a todas as pessoas que me acompanharam e contribuíram para a realização desse estudo.

À Universidade de Brasília – Instituto de Psicologia – em especial por meio da pessoa da Prof^a Dr^a Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino, por ter estruturado essa ação política e social neste curso de pós graduação (Lato Sensu)

À tutora Julia Clímaco pela compreensão das dificuldades que passei nesse percurso.

À Prof^a Dr^a Nair Heloisa Bicalho de Sousa por seu exemplo e orientações.

É importante saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação. Que os educadores devem cumprir o seu papel de educadores(as), construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano escolar. GOMES, Nilma Lino. Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

RESUMO

Este projeto de intervenção apresenta procedimentos teórico-metodológicos e práticos que visam à execução de uma oficina com a possibilidade de promover as Estratégias Pedagógicas das Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil, dos educadores de uma escola pública localizada no município de Valparaíso de Goiás (GO). A oficina foi dividida em sete partes e realizada nos meses de setembro e outubro de 2015. Para lançar luz à discussão resgatamos algumas leituras relativas à temática da cultura afro-brasileira e africana, por meio de pesquisadores como: Moura (1994) Kabengele Munanga (2008), Nilma Gomes (2006), Eliane Cavalleiro (2001) entre outros. O público alvo são os educadores do 2ª ano, das séries iniciais da educação básica, do turno matutino. Foram realizadas aulas abertas e oficinas que abordaram diversos assuntos relacionados à temática das relações étnico-raciais. Este projeto possibilitou as desconstruções preconceituosas no ambiente escolar, e, sobretudo, viabilizou aos educadores um conhecimento acerca da cultura afro-brasileira e africana. Além disso, foi importante ampliar os fundamentos para a execução de estratégias pedagógicas que contemplam as relações étnico-raciais no espaço escolar.

Palavras-chave: Estratégias Pedagógica. Relação Étnico-Racial. Educação Infantil. Cultura Afro- brasileira.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Quantidades de educadores/as participantes da ação interventiva	11
GRÁFICO 2: Sexo dos/as educadores/as	12
GRÁFICO 3: Tempo de serviço dos educadores/as na escola	13
GRÁFICO 4: Faixa etária dos/ as educadores/as.	13
GRÁFICO 5: Grau de compreensão dos educadores/as sobre as temáticas que contemplam as relações raciais	14
GRÁFICO 6: Grau de compreensão dos/as educadores/as a acerca da lei 10.639/03..	15
GRÁFICO 7: Grau de presença das temáticas das relações étnico-raciais no ambiente escolar.....	15
GRÁFICO 8: Vivência de situações de preconceito racial no ambiente escolar, por parte dos educadores/as.	16

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

MEC – Ministério da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PNLD – Plano Nacional do Livro Didático

PPP – Projeto Político Pedagógico

CNE – Conselho Nacional de Educação

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

CNE – Conselho Nacional de Educação

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

INEP – Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

PNE – Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
JUSTIFICATIVA	13
FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	14
OBJETIVOGERAL	14
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
REFERENCIAL TEORICO	15
UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	15
A LEI Nº 10.639/2003.....	17
ALGUMAS DETERMINAÇÕES LEGAIS CULTURA AFRICANA E AFRO- BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	18
AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	19
ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO	21
METODOLOGIA.....	23
AÇÕES INTERVENTIVAS	24
DIRECIONAMENTO P PEDAGOGICO.....	26
ESCOLA MUNICIPAL IPANEMA (VALPARAÍSO DE GOIÁIS/GO.....	29
PROCEDIMENTOS DE COLETAS E DE ANÁLISE DE DADOS.....	30
RESULTADOS E DISCURSÕES	36
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	38
REFERÊNCIA	39
ANEXOS : QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EDUCADORES/AS	41
ANEXO 2 : MÁSCARAS AFRICANAS.....	42

INTRODUÇÃO

A importância desse tema faz-se necessária, pois reside na possibilidade de fomentar estratégias pedagógicas que promovam o respeito às relações ético-raciais. A escolha desse tema foi devido à identificação, nas escolas públicas, de um grande preconceito advindo das relações ético-raciais, assim, torna-se necessário problematizar a temática das relações étnico-raciais de modo a possibilitar aos educadores/as o conhecimento acerca da cultura afro-brasileira e africana e, sobretudo, a contribuição dos negros na esfera econômica, social e política do país.

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais enfatiza que:

“As práticas pedagógicas e rotinas educacionais devem estar plenamente orientadas para as relações sociais igualitárias, as quais requerem o reconhecimento e a valorização das contribuições de mulheres e homens africanos e seus descendentes para formação social brasileira” (pg. 07).

Sendo assim, o ensino da cultura afro-brasileira e africana, é um campo de conhecimento fundamental para a compreensão da história brasileira e também um componente essencial das políticas públicas, tendo em vista o reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros, pelo Estado e a sociedade.

Os dados do IBGE/2010 indicam que a educação infantil possui uma taxa de atendimento de 10,3% dos brancos e de 8,9% dos negros. As taxas de frequência à creche e à escola dos diferentes segmentos raciais indicam que 84,5% de crianças negras e 79,3% de crianças brancas não freqüentavam a creche em 2008. A diferença do percentual de frequência entre crianças negras e brancas está reduzido à 5,2%, porém, 84,5% das crianças negras de 0 a 3 anos não dispõem da creche. Sendo assim, esses números revelam o tamanho dos desafios que se apresentam para a política de educação infantil no que se refere à educação das relações étnico-raciais.

A importância da classificação racial para o estudo das desigualdades educacionais é apontada por vários pesquisadores desde o final dos anos 1970 (ROSEMBERG, 1986; SILVA, 1979, dentre outros). Somente a partir de 1995 o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) incorporou a classificação racial no Sistema de Avaliação da Educação Básica

(SAEB), mantendo-a até hoje nas demais avaliações de desempenho escolar para todos os níveis de ensino, com algumas alterações em 2001. Em 2005, o Inep incorporou no Censo Escolar o sistema de classificação racial do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), que utiliza categorias que expressam graduação de cor da pele, do branco ao preto. A orientação oficial no Censo é que os pais identificassem os filhos menores de 16 anos, e que os demais fossem identificados pelo método da autoatribuição. Esse processo de identificação da raça/cor tem contribuído para a realização de estudos e pesquisas nacionais e internacionais. Entretanto esse recorte não foi incorporado nos informativos com resultados de avaliações e indicadores elaborados pelo MEC/Inep e destinados aos profissionais das escolas públicas e gestores de sistema.

Vale ressaltar que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) se constitui como referência para a política educacional adotada pelo Estado. Nesse sentido, as propostas para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana aqui presentes devem ser conteúdos do processo de revisão do Plano Nacional de Educação (2001-2011) e da elaboração do futuro PNE (2012-2022), possibilitando o estabelecimento de metas que garantam o cumprimento da lei 10.639/2003 e de outras legislações comprometidas com a promoção da equidade na educação brasileira.

As leis nº 10.693/03 e nº 11.645/08 alteraram a LDB no que diz respeito aos conteúdos específicos obrigatórios para este nível de ensino. Ela determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na perspectiva de construir uma postura cidadã por meio da educação para as relações étnico-raciais.

Dado o exposto, é essencial que cada indivíduo em particular e na esfera da coletividade, seja respeitado e tenha seus direitos assegurados, assim como as suas diferenças assumidas, tendo o reconhecimento da igualdade de cada pessoa na busca pela construção de uma cidadania plena.

Por fim, esta pesquisa contribuirá para repensar as estratégias e práticas pedagógicas para a mudança de comportamento não apenas na área educacional, mais, na escola, na comunidade, e sobretudo, na sociedade. Sendo assim, é fato que o preconceito racial e a discriminação proliferam nas escolas através de mecanismos ou funcionamento do ritual pedagógico, entendido como a materialização da prática pedagógica que exclui dos currículos escolares a história

de luta dos negros na sociedade brasileira. Sobre tal aspecto, Cavalheiro (2000) afirma:

"É flagrante a ausência de um questionamento crítico por parte das profissionais da escola sobre a presença de crianças negras no cotidiano escolar. Esse fato, além de confirmar o despreparo das educadoras e educadores para se relacionarem com os alunos negros evidencia, também, seu desinteresse em incluí-los positivamente na vida escolar. Interação com eles diariamente, mas não se preocupam em conhecer suas especificidades e necessidades". CAVALLEIRO, 2000, p. 35.

JUSTIFICATIVA

Inicialmente, a escolha desse tema foi a de propor questionamentos acerca das estratégias pedagógicas dos docentes e as possibilidades dos educandos realizarem levantamentos das experiências de implementação da Lei Federal 10.639/03. Além disso, minha preocupação também estava voltada para a constituição de identidades e sobre as representações sociais e a discriminação étnico-racial em contextos educativos.

Senso assim, fez necessário o comprometimento de todos os setores da escola envolvidos com a prática pedagógica, desde instâncias superiores até os profissionais ligados diariamente às crianças, no sentido de desenvolver um trabalho coletivo, promovendo uma educação para as relações étnico-raciais.

Nessa perspectiva, este projeto busca levantar os aspectos relacionados às práticas pedagógicas da cultura afro-brasileira omitidas na instituições escolares e na comunidade, na busca de implementar políticas públicas voltadas para a diversidade e, principalmente, para uma formação profissional que possibilite um excelente trabalho de valorização de todas as culturas.

Por fim, este trabalho pretende contribuir para avanços na efetivação de direitos sociais educacionais e implica no reconhecimento da necessidade de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação escolar. De certa forma, o mais importante é criar um processo de superação do racismo e de seus efeitos nefastos, na política educacional mais ampla, na organização e no funcionamento da educação escolar, nos currículos da formação inicial e continuada de professores(as), e nas práticas pedagógicas e relações sociais na escola.

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A educação infantil tem um papel bastante significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Sendo assim, um aspecto bastante importante quando a cultura afro-brasileira e africana é abordada na escola e o fato de ser ainda um grande tabu permeada de estereótipos, preconceitos e empregada de modo totalmente incorreto. Sendo assim, as relações étnicas no Brasil é uma questão antiga, complexa e, sobretudo, polêmica. Porém, trata-se de uma discussão necessária para a promoção de uma educação igualitária e comprometida com o desenvolvimento do futuro cidadão.

Pode-se observar na maioria das vezes quando esta questão é abordada no contexto escolar a história dos africanos no Brasil e sua cultura ficam restritas a uma visão eurocêntrica. Portanto, é importante questionar essas práticas pedagógicas e analisar a cultura africana a partir dos próprios africanos.

Para que a temática acerca da cultura africana e afro-brasileira ganhe contornos expressivos nesse projeto de intervenção local, a questão que se coloca é a seguinte: quais os olhares e as práticas dos educadores acerca das estratégias pedagógicas sobre as relações étnico-raciais na educação infantil?

É sabido que algumas estratégias pedagógicas desenvolvidas por uma grande parte dos educadores não contemplam as temáticas sobre as relações étnico-raciais e é notável que nos espaços educativos não se executam efetivamente projetos relacionados aos diferentes grupos étnico-raciais. Neste sentido, o objetivo geral e específicos da pesquisa segue abaixo.

OBJETIVO GERAL

Analisar as estratégias pedagógicas dos professores da educação infantil da Escola Municipal Ipanema de Valparaíso de Goiás acerca das temáticas que contemplam as relações étnico-raciais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Descrever a escola Municipal Ipanema de Valparaíso de Goiás, tendo em vista o número de professores, alunos e funcionários; os turnos da escola; a infra- estrutura e equipamentos disponíveis para a comunidade escolar e o funcionamento dos órgãos colegiados da escola.
2. Analisar o projeto político-pedagógico da Escola Municipal Ipanema acerca das temáticas que contemplam as relações étnico-raciais na Educação Infantil;
3. Refletir junto aos professores/as sobre a herança cultural africana e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira;
4. Promover atividades que estabeleçam o desenvolvimento de ações de valorização e respeito da história das pessoas africanas e da cultura afro-brasileira e da diversidade na construção histórica e cultural do País.
5. Desenvolver junto aos educadores/as um projeto sobre uma dança da África denominada Maculelê.
6. Realizar uma oficina pedagógica sobre o tema da herança da cultura afro-brasileira com a confecção de máscaras de pinturas africanas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Um breve histórico sobre a negros na sociedade brasileira

Em 2000, os negros representavam 42,2% da população brasileira, segundo (CAVALLEIRO, p. 27. 2005). Esse índice mostra que o Brasil se tornou o país não africano com a maior população negra do mundo e a segunda maior se for considerado todo o globo terrestre. A própria pesquisa do IBGE tinha constatado que 51,3% da população eram negros e pardos, sendo que foram utilizadas classificações, dentre elas podemos destacar as de preto (negro), pardo, amarelo, branco e indígena e o critério é auto-declaratório.

A partir dos dados do Censo 2010 (IBGE), números sobre a distribuição da população brasileira tem considerado a critério de cor/raça. Dado o exposto, os dados do IBGE, chamam a atenção pelo crescimento da população que se auto-declarou preta e parda de 1996 até 2010 que subiu de 44,1% para 51%. Esse crescimento está relacionado com a visibilidade que tem sido dada à temática racial nos últimos anos, tornando-se possível que as pessoas reformulem questões relacionadas às suas identidades.

Essa realidade vivida diariamente por negros não constitui uma história recente. Segundo Cavalleiro (2005), a libertação dos escravos no Brasil em 13 de maio de 1888, tornou os africanos e afro-brasileiros iguais aos brancos perante a lei. Esse era apenas o início de uma nova sociedade. Segundo (Hasenbalg, 1990, p. 2), afirma que:

(...) o Brasil teve lidar depois da abolição com o problema posto pelos ex-escravos e descendentes de africanos. A solução adotada pela nação para este problema fornecer a chave para o entendimento das relações raciais no Brasil Republicano. Esta solução não implicou mais no sistema de segregação racial semelhante aos Estados Unidos, mais o branqueamento e a integração simbólica dos brasileiros não brancos através de idéia de democracia racial (Hasenbalg, 1990,p.2)

A lei abolicionista não possibilitou a cidadania para a massa de ex-escravos e seus descendentes. Partir da promulgação da lei, os ex-escravos foram segregados social e economicamente. Despossuídos com a necessidade materiais imediatas para a grande sobrevivência e a de seus familiares, sendo assim eles passavam a:

(...) Disputar a sua sobrevivência social e cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual técnicas de seleção profissional, cultural e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas (Moura, 1994, p. 160).

Podemos ilustrar que a história do Brasil é contada por muitos e de diversas formas, no entanto a historia do negro no nosso país, sempre foi de sofrimento e luta, por se achar instalado no Brasil no período colonial e do império um sistema que escravizava os povos vindouros (negros) da África, para manter uma burguesia de brancos da Europa.

A situação que os negros encontraram no Brasil foi de repressão, opressão e trabalho escravo, ambiente próprio para desenvolver no povo um ar de inferioridade em relação a cultura, a religião, na vida em geral, daí o motivo de hoje se ver a luta para resgatar os valores negros, visto que a cultura negra tem muito a nos oferecer e ao mundo branco civilizado. Neste sentido é uma importante uma cultura de respeito às diferenças por parte dos membros da sociedade brasileira, ainda que não comunguem da cultura ou religiões africanas.

Munanga afirma que:

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. (MUNANGA, 2008, p. 77).

Destaco que as lutas por direitos iguais é de todos, no entanto alguns grupos étnico-culturais, como é o caso dos negros são mais carentes que outros. Para isso é de extrema importância que se faça campanhas de conscientização e até mesmo leis para que os direitos específicos deste grupo sejam respeitados. A sociedade brasileira junto com o Estado devem ser co-participantes de políticas públicas para definir o desenvolvimento do conhecimento das culturas discriminadas e por vezes inferiorizadas e diversos grupos étnico- culturais do Brasil.

A lei 10.639/2003

A Constituição Federal de 1988 aborda os direitos da criança, principalmente em relação à educação, assim, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996. Porém essas normas educacionais são muitas vezes não cumpridas pelas políticas educacionais e outros diversos fatores.

Nesse contexto, a Lei 10.639/03 pode se configurar como um instrumento de luta para o questionamento da ordem vigente, tendo em vista seu caráter educativo e de ação afirmativa, conforme assinala Gomes, (2007, p. 106):

A Lei 10.639/03 e suas respectivas diretrizes curriculares nacionais podem ser consideradas como parte do projeto educativo emancipatório do Movimento Negro em prol de uma educação anti-racista e que reconheça e respeite a diversidade. Por isso, essa legislação deve ser entendida como uma medida de ação afirmativa, pois introduz em uma política de caráter universal, a LDBEN 9394/96, uma ação específica voltada para um segmento da população brasileira com um comprovado histórico de exclusão, de desigualdades de oportunidades educacionais e que luta pelo respeito à sua diferença .

Pode-se observar que no contexto educacional , os profissionais da educação infantil devem sempre intervir de forma positiva em relação aos alunos, além de manter-se atualizados quanto às práticas educativas capazes de promover a socialização das crianças. Sobretudo, devem estar sensibilizados diante da diversidade humana, culturas, raças e etnias, a fim de que seja possível desconstruir suas posições preconceituosas e racistas.

É notório que a LDBEN nº 9.394/1996 propõe que os educadores/as proporcionem às crianças atividades que desenvolvam suas potencialidades nos aspectos cognitivo, afetivo, psicomotor e social, com o intuito de findar atitudes racistas e irracionais do cotidiano de milhões de crianças e jovens brasileiros. A Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 altera a LDB 9.394/96, a fim de incluir no currículo oficial da rede de ensino do país a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira”, o que se tornou um avanço educacional e também social.

A comunidade afro-brasileira vinha exigindo há décadas a inclusão dessa temáticas que, com essa lei , garante a exigência da valorização e do respeito às pessoas negras, principalmente à sua descendência africana, à sua cultura e à sua história.

Algumas determinações legais da cultura africana e afro-brasileira na educação básica

O primeiro passo para o reconhecimento e a valorização do povo negro nas escolas brasileiras se deve à inserção dos artigos 26A e 79B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, como veremos a seguir:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra" BRASIL, 2003.

Analisando essas alterações na LDB, percebemos que é clara a determinação legal. A temática deve ser inserida no conteúdo programático oficial e não como uma disciplina nova como muitos profissionais da educação pensaram assim que a lei foi sancionada. A ideia é ministrar este conteúdo nas disciplinas já existentes de maneira a desconstruir a história, muitas vezes contada na escola e contida nos livros didáticos, onde o povo negro aparece na grande maioria do material didático, como sujeitos inferiores e, portanto, menos importantes que os brancos na formação da sociedade brasileira.

Sendo assim, após a publicação da Lei 10.639/03, o Conselho Nacional de Educação CNE aprovou o parecer CNE/CP3/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana a serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas, no âmbito de sua jurisdição, orientar e promover a formação de professores e professoras e supervisionar o cumprimento das referidas diretrizes.

As relações étnico- raciais no contexto escolar da educação Infantil

Racismo e educação ressaltam a importância da função social da escola e da diversidade cultural. A escola é responsável pelo processo de socialização infantil no qual se estabelecem relações com crianças de

diferentes famílias, o que favorece a construção da identidade da criança. Esse contato poderá fazer da escola o primeiro espaço de vivência das tensões raciais.

Segundo documento do MEC (BRASIL, 2001) a questão do racismo e das práticas discriminatórias marcam a herança escravista da história brasileira:

O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro não representam simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda a nossa história. Seria impraticável desvincular as desigualdades observadas atualmente dos quase quatro séculos de escravismo que a geração atual herdou (BRASIL, 2001).

A ampliação da oferta das devidas vagas na educação infantil em todas as regiões do país, traz a uma urgência da reflexão em torno da diversidade do público atendido nessas instituições. Sendo assim, refletindo sobre a histórica desigualdade racial no Brasil, de modo geral, na educação infantil, são inúmeras as situações nas quais as crianças negras desde pequenas são alvo de atitudes preconceituosas e racistas, por parte tanto dos profissionais da educação, mas principalmente, pelos próprio colegas no ambiente escolar.

É necessário estar atento à historicidade do termo raça, tendo em vista para o seguinte escrito de Munanga (2003):

O campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. (MUNANGA, 2003, apud SILVA, 2007, p. 19).

Podemos observar que a discriminação vivenciada cotidianamente compromete a socialização e interação tanto das crianças negras quanto das brancas, mas produz desigualdades para as crianças negras, à medida que interfere nos seus processos de constituição de identidade, de socialização e de aprendizagem.

Podemos dizer que o Brasil como um país multicultural, apesar da conquista da garantia legal dos princípios de igualdade e liberdade para todos, nossa sociedade ainda permanece voltada para os estereótipos historicamente formados

acerca da diversidade étnico-racial e por vezes alienada a respeito da própria identidade histórica e cultural, onde as diferentes raças e etnias são descritas de forma indistinta, o que desencadeou ao longo do seu processo histórico relações étnico-raciais centradas no preconceito e na discriminação.

Sendo assim, na área educacional tivemos um grande avanço com a criação de uma legislação específica, o que tem feito com que ocorram mudanças no âmbito educacional e os currículos passaram por transformações significativas, como a lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica.

Análise do projeto político- Pedagógico

Inicialmente, a proposta pedagógica da escola está em construção acerca das temáticas que contemplam as relações étnico-raciais, sendo assim, em conversa com a diretora acerca do projeto político-pedagógico, a mesma respondeu que o projeto político pedagógico está sendo reconstruído, é será o momento em que nós estamos fazendo uma reforma exatamente para incluir a questão da inclusão. Nosso projeto de inclusão está sendo feito, para ser anexado ao PPP, será o momento de construção.

Ao analisar o projeto político pedagógico de 2014, percebo que há certa discriminação, sendo que o PPP não apresenta nenhuma forma que trabalho para as relações étnico-raciais, nenhum projeto esta sendo desenvolvido na instituição, a qual somente apresentará um mural do Dia da Consciência Negra mas não realiza nenhum projeto sobre a temática. Nesse contexto histórico, político, social e educacional se justifica a necessidade da sanção da Lei n.º 10.639/03¹, do Parecer do CNE/CP 03/2004² e da Resolução CNE/CP 01/2004³.

1 .Lei nº 10.639/03 objetivava intensificar as ações direcionadas a retratação, o reconhecimento a valorização da cultura negra e, posteriormente, pela Lei nº 11.645/08 que complementa a primeira acrescentando a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena.

20 parecer CNE/CP3/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana a serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, no âmbito de sua jurisdição, orientar e promover a formação de professores e professoras e nsupervisionar o cumprimento das referidas diretrizes.

Do ponto de vista da política educacional, a existência de tais dispositivos legais, cuja abrangência diz respeito aos sistemas de ensino, às escolas e à sociedade civil, os quais orientaram a construção de um planejamento para a sua implementação em âmbito nacional, que foi efetiva no Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana (BRASIL, 2009).

Esse plano não teria sentido se não articulasse atores institucionais (MEC, gestores de sistemas de ensino e de escolas), movimentos sociais, sobretudo, o movimento negro. No caput do art. 3.º, a CNE/CP 01/2004 Resolução afirma:

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 01/2004. (BRASIL, 2004, p. 32).

Pode ser destacado que a implementação de leis no campo educacional depende em grande medida de um conjunto de condições que permitam a sua realização plena. Pode ser identificado nesse cenário que a escola tem sido considerada historicamente um espaço de repercussão e reprodução do racismo. Como mostra sua história e revelam as dinâmicas sociais produzidas nesse *lócus*, trata-se de uma instituição que dificilmente consegue lidar com identidades forjadas num contexto de diversidade, reconhecendo-as e tratando-as de forma igualitária e digna, e com saberes e patrimônios culturais produzidos pelos grupos étnico-raciais do País.

Portanto, a lei e a sua concretização em práticas pedagógicas baseadas na educação e na diversidade demandam a reorganização desse *lócus* numa perspectiva emancipatória, além da revisão da cultura escolar, de currículos, de práticas pedagógicas e das relações sociais entre os envolvidos nesse processo, ressaltando que a especificidade do segmento negro da população. Tal transformação diz respeito ao reconhecimento da educação, e, sobretudo a escolar, como um direito de todos e, por conseguinte, também da população negra.

3Resolução CNE/CP 01/2004,a Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas.

Por fim, a realidade da escola analisada, em Valparaíso de Goiás, permitiu levantar algumas indagações, tendo em vista, principalmente, as determinações contidas na Lei 10.639/2003 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, no sentido de construir no contexto da escola, práticas pedagógicas que dêem conta dessas novas questões, pois conforme citação de alguns docentes, *há falta de formação para travar esse diálogo*. É mais importante promover a capacitação de educadores e educadoras, propondo uma reflexão sobre a sala de aula como espaço de construção de identidades, do ponto de vista da lei 10. 639/03 para o enfrentamento e intervenção das relações raciais cotidianas, sendo este um ponto de partida para provocar mudanças no projeto político-pedagógico da escola.

METODOLOGIA

Esse projeto evidencia a importância da utilização das metodologias quantitativa e qualitativa. A pesquisa de abordagem qualitativa surge como uma proposta de investigação que, sem perder seu caráter, possibilita que o investigado tenha maior participação e apropriação do processo e dos resultados obtidos. Para Richardson (1989), a pesquisa qualitativa implica também na análise documental e textual.

Segundo Richardson (1989), a pesquisa quantitativa mede a intensidade dos fenômenos nas modalidades da coleta de informações e no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as simples até as mais complexas.

O objetivo dessa pesquisa está voltado para os educadores da Escola Municipal Ipanema de Valparaíso de Goiás (GO), cujo corpo docente é composto por 109 educadores com faixa etária entre 29 e 45 anos, sendo 10 formados em pedagogia e os demais em áreas específicas. Esta pesquisa pretende conhecer os discursos dos educadores acerca das estratégias e as práticas pedagógicas vinculadas às relações étnico-raciais na educação infantil.

A metodologia dessa pesquisa terá, portanto, uma abordagem quali-quantitativa. Inicialmente será feita uma **pesquisa documental** junto à legislação que contempla os direitos humanos na educação infantil e as relações étnico-raciais.

Um instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário pelo **GOOGLE DOCS**, composto por 08 questões que foram analisadas de acordo com as respostas dos educadores.

A partir da análise dos questionários foi feita escolha de 10 professores da instituição para participar do projeto “sobre a dança da África Maculelê”, e desenvolver uma oficina pedagógica com o tema da herança da cultura afro-brasileira, com confecção de máscaras de pinturas africanas.

Em seguida, foram analisados os dados da oficina para finalizar a monografia. Serão colocados no mural da escola os principais resultados obtidos nesta experiência interventiva. Ao final da oficina, será solicitado aos professores participantes promover uma roda de conversa em sala de aula sobre os resultados da oficina.

Ações interventivas

Inicialmente, por mais que esse processo seja uma realidade, também é fato que ele convive, no Brasil, com uma prática e um imaginário racistas. Esse racismo ambíguo se faz presente em nossa estrutura de desigualdades social, em nossas ações cotidianas e na produção do conhecimento. Vários, professores e professoras tem histórias para contar sobre o silenciamento a respeito da África e sobre a questão afro-brasileira. Sendo assim, estas temáticas na educação brasileira estas temáticas fazem parte de uma modalidade de política até então, pouco adotada pelo Estado brasileiro e pelo próprio MEC.

As políticas de ação afirmativa voltadas para a valorização da identidade, da memória e da cultura negras são reivindicadas pelo movimento negro e demais movimentos sociais partícipes da luta anti-racista (BRASIL, 2004).

É importante ainda considerar que um projeto não é regido por conteúdos curriculares presumidos como importantes, o que se pretende é envolver os professores e professoras num processo múltiplo de aprendizado, no qual importa é o fascínio, colaboração, o questionamento, a exploração, a descoberta, a criatividade e a reflexão.

Para a construção desse projeto pretende-se construir e discutir junto com professores da Escola Municipal Ipanema de Valparaíso de Goiás (GO) a respeitada cultura negra e das práticas pedagógicas e as relações étnico-raciais na educação

infantil. A oficina pedagógica teve duração de 7 encontros e foi composta pelas seguintes partes:

PARTES DA OFICINA	DIRECIONAMENTO PEDAGÓGICO
1° PARTE	Realizar um levantamento acerca da história africana e afro-brasileira com grupos de educadores.
2° PARTE	Apresentar para os educadores os marcos legais educacionais das relações étnico-raciais no Brasil.
3° PARTE	Projetar para os educadores imagens que retratam as lutas dos movimentos sociais dos negros e da escravidão.
4° PARTE	Realizar um levantamento junto aos professores/as acerca das concepções sobre as relações étnico-raciais vivenciados no ambiente escolar por meio de um questionário com 8 questões fechadas pelo Google docs.
5° PARTE	Desenvolver junto aos educadores um projeto sobre a dança africana Maculelê.
6° PARTE	Realizar uma oficina pedagógica com o tema Herança da Cultura Afro- Brasileira. (confeção de máscaras de pinturas africanas).
7° PARTE	No encerramento das atividades. Será confeccionado um mural de fotos com informações de todo o processo da oficina.

DIRECIONAMENTO PEDAGOGICO

1ª PARTE

Na primeira parte os professores irão realizar um levantamento da história africana e afro-brasileira, através de cartilhas de textos que contemplam os núbios, o Egito, o Reino de Gana, o Império do Mali, e o Império de Songai, os reinos iorubas, de Ife e Benim o reino de Monomotapa, o colonialismo europeu e a escravização, a e escravização no Brasil, o imperialismo europeu, descolonização, a África hoje e os afro-brasileiros e as lutas do movimento negro.

2ªPARTE

Na segunda parte será apresentado para os educadores todas a legislação educacional brasileira que contempla as relações étnico-raciais, tais como: a lei 10.639/03, lei 11.645 de 10 de março de 2008, PCN's de História, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB ou Lei nº9.394/96) e o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD).

3ªPARTE

Nesse momento serão apresentadas ilustrações de imagens que retratam as lutas dos movimentos sociais dos negros e da escravidão e, principalmente, cartilhas sobre o continente africano. Depois desta primeira etapa, os educadores/as irão fazer uma roda de debates.

4ªPARTE

Nessa fase será desenvolvidos um questionário via Google Docs, com 08 questões fechadas que contemplam as relações étnico-raciais e as experiências vivenciadas em sala de aula, com o objetivo de discutir a presença da a discriminação edo preconceito dentro do ambiente escolar.

5ªPARTE

Nesta etapa serão desenvolvidas prática pedagógica de trabalhocom as relações étnico-raciais. De acordo com o projeto, os professores/as e gestores/as da escola, irão implementar o projeto trabalhando a diversidade de forma interdisciplinar, “mais conhecido como projeto de dança do Maculelê”. As estratégias usadas no projeto consistem na criação de uma oficina de dança e na formação do

grupo de dança Maculelê. Sendo assim, o projeto será inicialmente desenvolvido apenas com os educadores.

6ªPARTE

Será realizada também uma oficina pedagógica com a confecção de máscaras de pinturas com traços de tribos africanas. Os materiais utilizados na oficina serão: embalagem de papelão, tesoura tinta guache, pincel, fita crepe e barbante. Essa oficina terá como objetivo desenvolver máscaras da herança cultural africana.

7ªPARTE

O final de todas as oficinas será registrado com fotos para a confecção de um mural na sala dos professores e na escola. Assim, todas as atividades que foram desenvolvidas nas oficinas serão expostas para todo corpo docente e discente da escola, e para a comunidade escolar.

Escola Municipal Ipanema (Valparaíso de Goiás/ GO)

O projeto que foi idealizado para atender os professores/as ensino fundamental, os alunos do 2º ano da Escola Municipal Ipanema localizada no bairro Jardim Ipanema na cidade de Valparaíso de Goiás.

Registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam que a história de Valparaíso de Goiás remonta ao ano de 1959, com a efetivação do primeiro loteamento chamado Parque São Bernardo, surgido em decorrência da construção de Brasília. Em 19 de abril de 1979 o então prefeito de Luziânia, Walter José Rodrigues, inaugurou o pequeno Núcleo Habitacional Valparaíso I. Em 5 de junho de 1995 a cidade conseguiu a sua emancipação político-administrativa, isto é, o núcleo foi elevado à categoria de município com a denominação de Valparaíso de Goiás, pela Lei estadual nº 12.667 de 18 de julho de 1995.

O nome da cidade é uma homenagem a um engenheiro civil, natural de Valparaíso no Chile, que imigrou para o Brasil e foi o responsável pelo primeiro projeto habitacional do município (IBGE, 2015). A cidade localiza-se no entorno sul do Distrito Federal e possui população estimada de 150.005 habitantes, o índice de

desenvolvimento humano (IDH) é 0,746. Na atualidade a população de Valparaíso de Goiás é permeada pela migração em razão da estreita relação com a capital federal. A economia do município gira em torno do setor de serviços e empresas que, geralmente, são atraídas pela posição estratégica da cidade.

A educação básica em Valparaíso de Goiás é compartilhada entre as redes estaduais e municipais. De acordo com o Censo Escolar de 2014, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as matrículas no 2º ano do ensino fundamental somaram 1.855 estudantes nas 38 escolas do referido município (Censo Escolar/INEP 2014).

A Escola Municipal Ipanema foi construída e inaugurada no governo do prefeito José Valdécio Pessoa em janeiro de 1999, localizada na Área Especial 31 no bairro Jardim Ipanema em Valparaíso de Goiás. Atualmente atende um total de 600 (seiscentos) alunos, distribuídos entre a faixa etária de 06 a 14 anos. A Escola Municipal Ipanema é uma instituição de ensino da rede pública da Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás. A escola oferta educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos. Ela possui um espaço físico limitado, dificultando as atividades lúdico-recreativas. A área utilizada para recreação dos alunos é o fundo da escola, o que inviabiliza uma prática sistematizada destas atividades.

Infra-estruturar da escola

- Água filtrada
- Água da rede pública
- Energia da rede pública
- Fossa
- Lixo destinado à coleta periódica
- Acesso à Internet
- Banda larga

Dependências da escola

- 30 de 16 salas de aulas utilizadas
- Sala de diretoria
- Sala de professores

- Laboratório de informática
- Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)
- Cozinha
- Biblioteca
- Banheiro dentro do prédio
- Banheiro adequado aos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida
- Sala de secretaria
- Banheiro com chuveiro
- Refeitório
- Despensa
- Almojarifado

Equipamentos da escola

- TV
- Videocassete
- DVD
- Antena parabólica
- Copiadora
- Retroprojektor
- Impressora
- Aparelho de som
- Projetor multimídia (datashow)
- Câmera fotográfica/filmadora

Clientela da escola

A clientela da escola é composta por crianças que são atendidas nos anos iniciais do ensino fundamental de 9 anos, com faixa etária de 6 a 12 anos, apresentando características sócio-econômicas diversas, que se refletem no aspecto disciplinar e, por conseqüência, na aprendizagem. Dentre as características desta clientela é necessário destacar:

- Crianças oriundas de famílias de baixa renda;

- Grande parte frequenta creches e algumas moram nos orfanatos/abrigos próximos à escola;
- Algumas famílias são pouco interessadas nas questões que envolvem a educação de seus filhos;
- Alguns alunos apresentam-se afetivamente carentes da presença de seus familiares;
- Crianças que apresentam grandes desafios em seu ciclo inicial de alfabetização tendo ainda defasagem no processo de aquisição de leitura e escrita.
- Crianças que necessitam completar o processo da alfabetização e/ou reforçar o processo de leitura e escrita da língua materna, bem como ampliar o domínio da linguagem matemática.
- Crianças que apresentam necessidades educacionais especiais de diversas naturezas, totalizando 3 crianças.
- Crianças que necessitem de acompanhamento pedagógico sistematizado devido às dificuldades de aprendizagem detectadas ao longo do ano letivo.

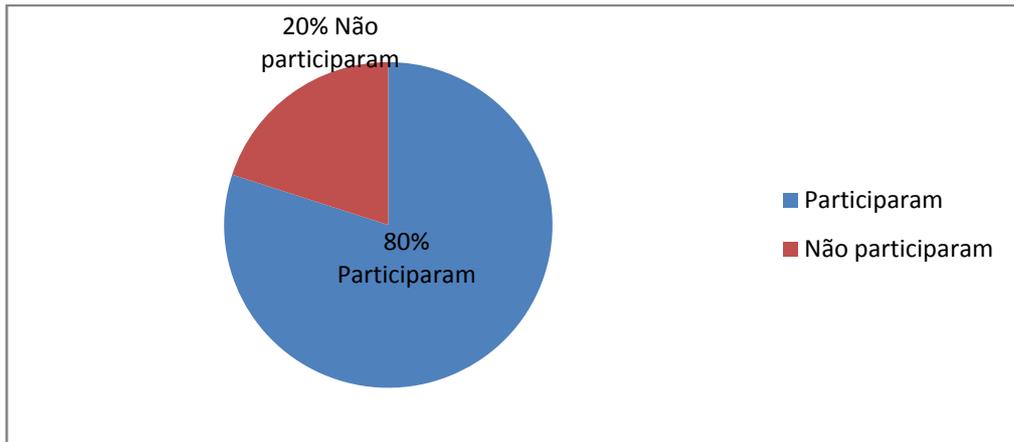
Procedimentos de coleta e de análise de dados

As perguntas formuladas no questionário envolveram os seguintes tópicos:

1. Quantidades de educadores/as participantes da ação interventivas; 2. Sexo dos/as educadores/as; 3. Faixa etária dos/as educadores/as; 4. Tempo de serviço na escola; 5. Grau de compreensão das temáticas sobre as relações étnico-raciais na escola; 6. Grau de compreensão dos/as educadores/as acerca da Lei 10.369/03; 7. Grau de presença das temáticas das relações étnico-raciais no ambiente escolar; 8. Vicência de situações de preconceito racial no ambiente escolar.

Apesar do pequeno número de educadores/as que responderam o questionário (8), os dados obtidos nesta pesquisa serão apresentados sob forma de gráficos, de modo que seja possível dar maior visibilidade aos resultados alcançados.

GRÁFICO 1: Educadores/as participantes da ação interventiva



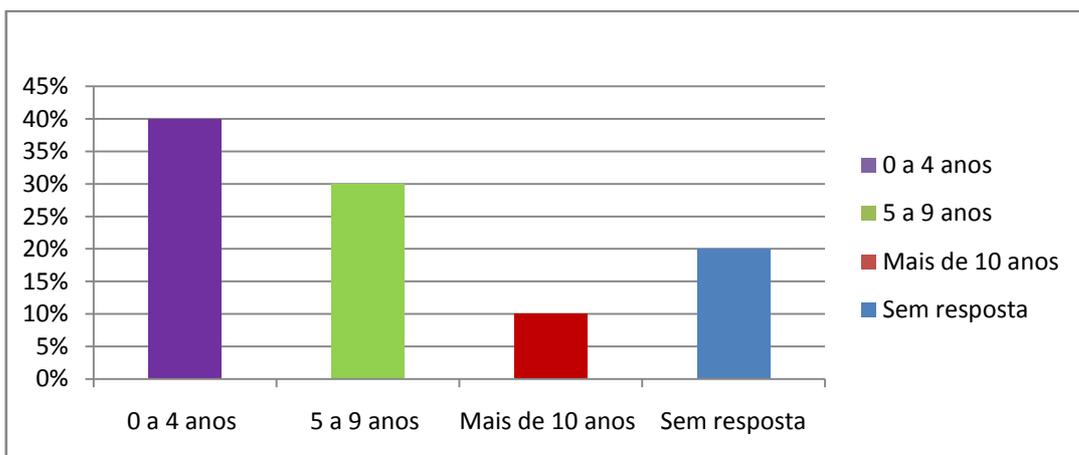
Foram convidadas 10 educadores/as para participar das oficinas voltadas para o tema das estratégias pedagógicas da educação infantil referentes às relações étnico-raciais na Escola Municipal Ipanema de Valparaíso de Goiás. Contudo, 2 docentes não puderam participar desta ação interventiva, motivo pelo qual as oficinas tiveram sempre a presença de 8 educadores/as. Este número foi suficiente para garantir uma boa discussão sobre o tema proposto (a dança africana Maculelê), tendo como referência a questão das relações étnico-raciais na escola.

GRÁFICO 2: Sexo dos/as educadores/as



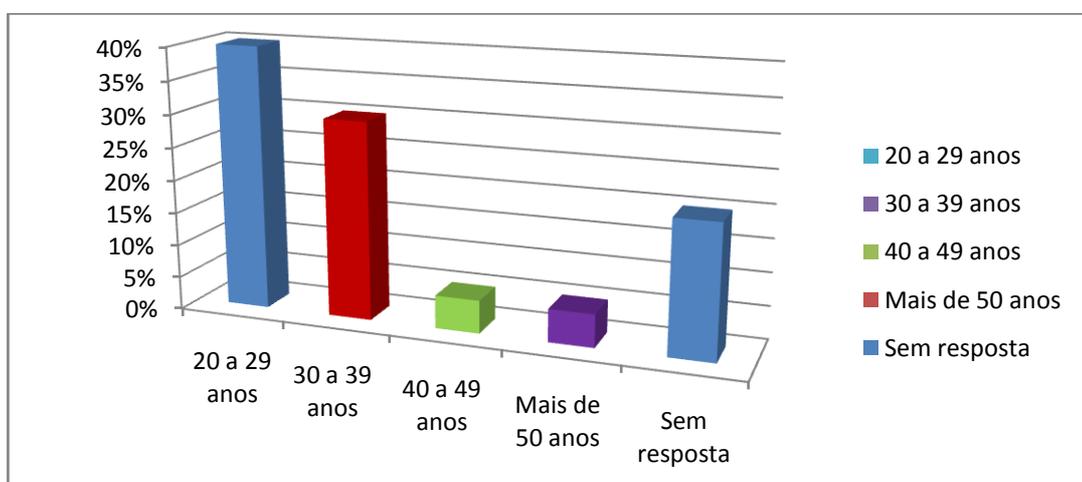
Os dados que participaram das oficinas eram na maioria mulheres (80%), além de 20% homens e 20% não responderam ao questionário. Desse modo, as oficinas refletiram a percepção predominante dos educadores/as a respeito das relações étnico-raciais na escola.

GRÁFICO 3: Tempo de serviço dos educadores/as na escola:



A escola Municipal de Ipanema possui um corpo expressivo de professores que ingressaram no quadro nos últimos quatro anos (40%). Parte deles são substituídos, e como veremos no Gráfico 4, são jovens adultos em sua maioria, com faixa etária que varia de 20 e 39 anos. 30% dos/as educadores estão na escola entre 5 e 9 anos, o que garante maior estabilidade e conhecimento dos problemas da comunidade escolar. Apenas 10% dos/as professores/as tem mais de 10 anos de experiência docente nesta escola, o que significa um maior enraizamento institucional e nas relações sociais entre os membros da comunidade escolar.

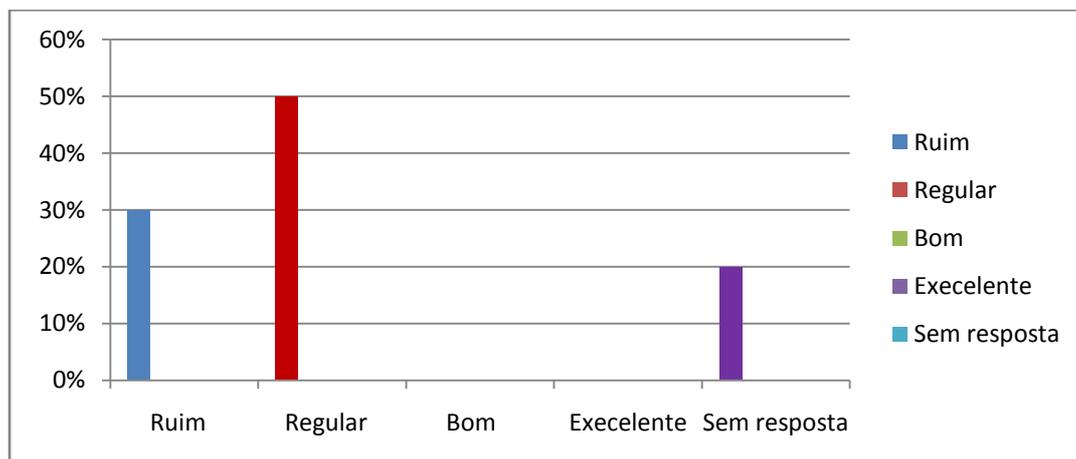
GRÁFICO 4: Faixa etária dos/as educadores/as.



O pouco tempo de vida profissional docente na Escola Municipal Ipanema (40% entre 0 e 4 anos), corresponde também a quase 40% de jovens

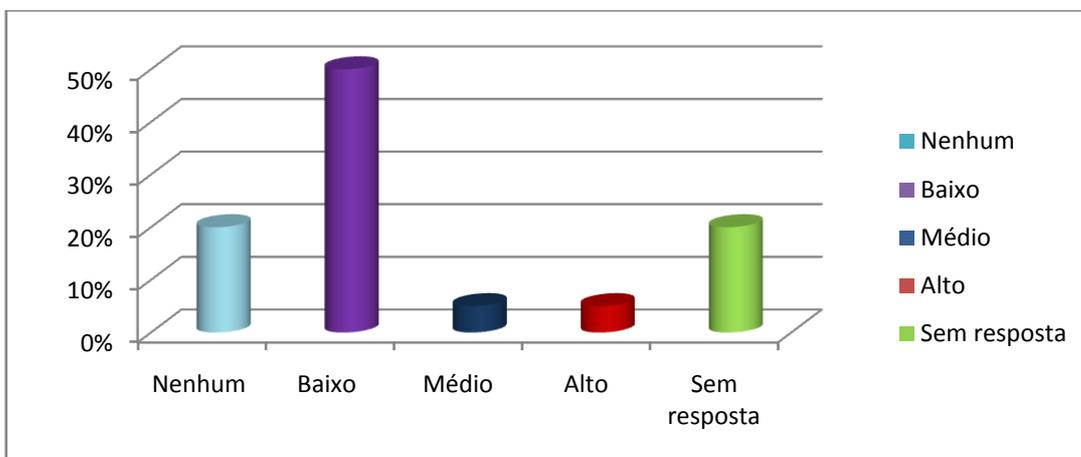
professores (entre 20 e 29 anos), que se destacam no conjunto do quadro docente. Em seguida, aproximadamente 30% se distribuem de (30 a 39 anos), compondo um quadro de educadores/as com experiência de vida pessoal que já incluem uma experiência familiar de convivência com filhos, fato que se soma à função docente de forma positiva. Pouco menos 10% do total de professores/as se situam na faixa etária entre (40 e 49 anos e mais de 50 anos), fato que indica trata-se de uma escola com predominância de professores/as jovens, que em tese estariam mais abertos a mudanças culturais, tal como é o caso das relações étnico-raciais.

GRÁFICO 5: Grau de compreensão dos educadores/as sobre as temáticas que contemplam as relações raciais.



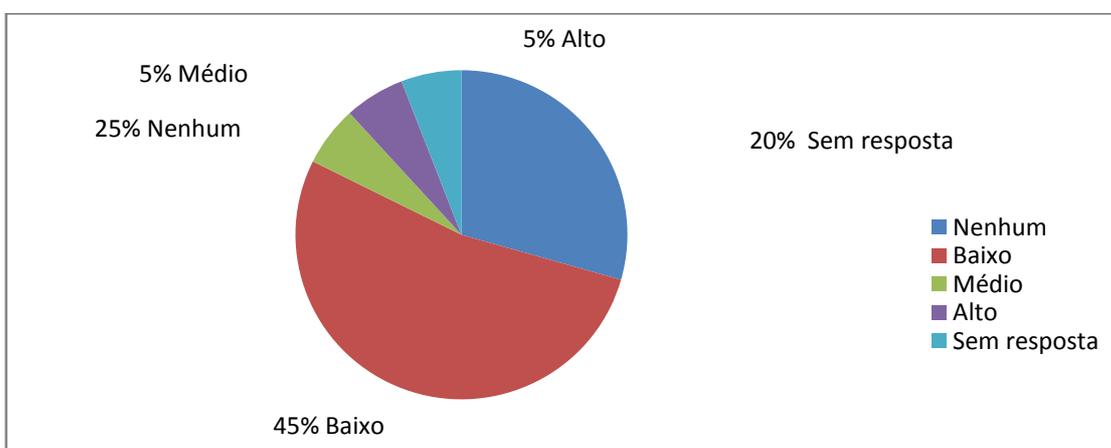
Quando entram em cena as temáticas das relações raciais, observa-se no Gráfico 5, que 50% dos docentes tem uma compreensão regular desta questão, enquanto 30% não conseguem compreender adequadamente seu conteúdo (“ruim”). Cabe destacar que não foi constatado por parte nenhum/a educador/um grau de compreensão (“bom”) ou (“excelente”). Isto leva à inferência que neste escola, o corpo docente não lida com as temáticas das relações raciais com conhecimento do seu real conteúdo.

GRÁFICO 6: Grau de compreensão dos/as educadores/as acerca da Lei 10.639/03.



A questão da Lei 10.369/03 que trata da inclusão no currículo escola da temática da História e Cultura Afro-brasileira torna-se para os/as professores/as da Escola Municipal Ipanema um tópico de baixo (48%) ou de nenhum (18%) conhecimento. Um número muito pequeno de educadores/as possuíam uma grau de compreensão médio e alto sobre o assunto. Desse modo, pode-se inferir que a maioria dos/as docentes da escola não são habilitados para o ensino da história e da cultura afro-brasileira, sendo necessária uma capacitação específica sobre o tema.

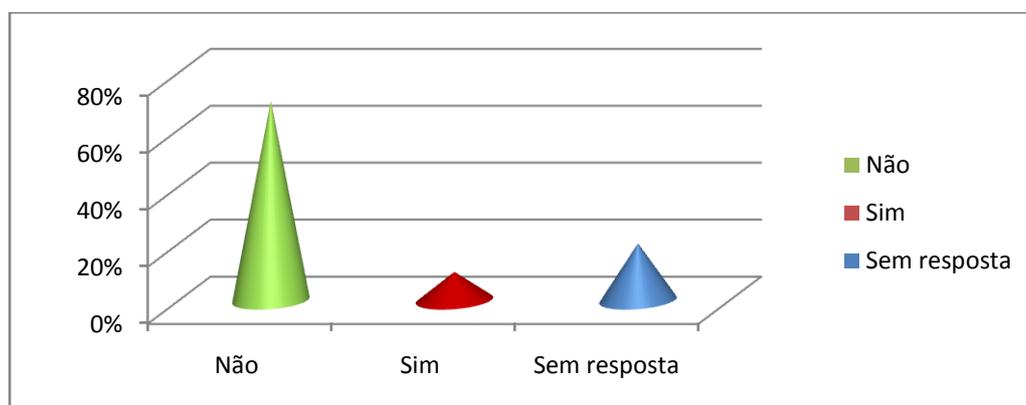
GRÁFICO 7: Grau de presença das temáticas das relações étnico- raciais no ambiente escolar.



O Gráfico 7 revela que tal como foi indicado no Gráfico 6, a presença de baixo ou nenhum conhecimento da Lei 10.369/03, as temáticas das relações

étnico-raciais estão praticamente ausentes na Escola Municipal Ipanema: 45% dos/as educadores/as apontam ter baixo grau de presença; 25% admitiram a inexistência desta temática na escola e os/as educadoras que apontam a presença de médio e alto grau de presença (5% cada), são pouco significativos no conjunto do quadro docente.

GRÁFICO 8: Vivência de situações de preconceito racial no ambiente escolar, por parte dos educadores/as.



De acordo com o Gráfico 8, a grande maioria dos/das docentes não presenciaram situações de preconceitos racial na sala de aula ou na escola. Um número insignificante de educadores/as afirmaram terem sido testemunhas de situações contrangedoras de atitudes racistas entre os alunos, entre os professores e alunos e por parte dos demais membros da comunidade escolar.

Apesar de ter alto índice (60%) de professores/as que afirmaram não ter presenciado vivência preconceituosas na escola, a experiência do pesquisador na vida cotidiana da comunidade escolar, aponta para a presença de um comportamento traduzido em brincadeiras e piadas de caráter racista na sala de aula e no ambiente escolar. Neste sentido, há uma invisibilidade do problema do preconceito racial junto aos/as educadores/as, uma vez que eles/elas não reconheceram essas práticas cotidianas como expressão de racismo velado que se faz presente na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, os resultados obtidos durante toda a ação programada foi de grande valia. Os participantes das oficinas que participaram de todo o processo totalizaram 10 educadores(as), sendo que 2 professores/as não participaram. No primeiro dia foi realizado um debate acerca da história africana e afro-brasileira. Contudo, alguns educadores perante as informações da cartilha ficaram supresso com tanta informação importante acerca da cultura afro-brasleira, que até mesmo alguns deles desconheciam.

Essa discussão permitiu que cada educador e educadora compreendesse como os diferentes povos ao longo da história, classificaram a si mesmos e aos outros, como certas classificações foram hierarquizadas no contexto do racismo, e como este fenômeno interfere na construção da auto-estima e impede a construção de uma escola democrática. Outro fator bastante relevante também é a tarefa do educador e da educadora entenderem o conjunto das representação sobre o negro existente na sociedade e na escola, e principalmente enfatizar as representação positivas construídas politicamente pelo movimento negro e pela comunidade negra.

O dia seguinte foi o mais importante para os educadores pois foi apresentado lei 10678/03, lei 11.645 de 10 março de 2008, pcn's de História, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB ou Lei nº 9.394/96) e o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Muitos educadores não conheciam e não tinha conhecimento da lei lei 10.369/03, e da lei 11.645/08. Foi apresentado também para as imagens que retratam as lutas do movimento social dos negros e da escravidão no Brasil, através de cartilhas imagens. Logo em seguida foi aberta uma roda de discussão com educadores acerca dos temas trabalhados no projeto. Destaco fala de uma educadora: “ (...) a importância da Lei n.º 10.639/03 e o modo como vem realizando o seu trabalho na perspectiva das relações étnico-raciais para que os(as) estudantes aprendam a respeitar as diferenças(...)”.

Os profissionais da educação devem pensar em promover espaços de análise e estratégias pedagógicas, no intuito de desenvolver ações pedagógicas a partir da contribuição da lei nº 10.639/03. Esta lei garante a reinvidicação do movimento negro sobre a obrigatoriedade dessa temática em sala de aula para que

possa haver uma ressignificação da história do negro no Brasil. Esta nova versão da história deve chegar a todos os discentes (brancos ou negros) e mudar o conceito tradicional da história do negro no Brasil e desmitificar o eurocentrismo que está encravado em nossa cultura.

No quarto dia foi apresentado um projeto sobre a dança africana Maculelê. Dois educadores ficaram entusiasmados com o projeto e iniciaram um trabalho com os seus educandos. As estratégias pedagógicas usadas no projeto consistem na leitura de livros, elaboração de pesquisas na escola, e na criação de uma oficina de dança Maculelê.

No último dia, foi realizada uma oficina com os/as educadores bastante importante para a confecção de máscaras de pinturas africanas com embalagem de papelão e vários educadores gostaram da oficina. O mais importante é o fato de vários docentes estarem dispostos a confeccionar máscaras africanas no Dia da Consciência Negra 20 de Novembro juntos aos educandos. Isso é de extrema importância para a escola, devido ao fato de não ter nenhum projeto na instituição. Ao final de todas as oficinas foi criado um mural na escola com todas as atividades desenvolvidas durante a ação interventiva.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os resultados da pesquisa mostram que no ambiente escolar infelizmente acontecem práticas preconceituosas, invisíveis. A formação educadores/as para tratar desta questão está muito distante do desejável, pois não existe interesse no aprofundamento da temática afro-brasileira e africana.

Ao longo desta pesquisa não foi constatada a reprodução de preconceitos, a naturalização de práticas racistas e discriminações e exclusões racial e social, bem como a sua legitimação através da ação ou omissão docente no ambiente escolar.

No entanto, esta omissão está atrelada à institucionalização do racismo na sociedade brasileira, e se o debate das questões étnico-raciais não for assumido no âmbito educacional, vamos continuar a reproduzir uma sociedade onde o negro ocupa as periferias geográficas e sociais.

No entanto, um grande desafio está colocado. Resta agora entender que mais do que um desafio, a discussão sobre a cultura afro-brasileira na educação com seus múltiplos desdobramentos, “é um dever dos educadores e educadoras e também daqueles responsáveis pela condução dos processos de formação docente na perspectiva da cidadania”. (GOMES, 2003, p. 181).

Por fim, percebemos uma grande necessidade de formar e capacitar educadores (as) para lidar com a diversidade cultural em sala de aula e, mas acima de tudo, preparados para criticar o currículo e suas práticas pedagógicas discriminatórias e excludentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Avaliação Final do Programa Diversidade na Universidade. Brasília, DF: MEC, 2008

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

BRASIL. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana. Brasília, DF: MEC, 2013.

BRASIL, Relatório do Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra O Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Brasília, 2001.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Consultado em: 12 Out. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. A Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004. Instituiu diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2002, seção 1, p. 1

GOMES, N. L. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lúcia Maria A.; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Org.). *Educação como prática da diferença*. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

CAVALLEIRO, E. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar*. São Paulo: Contexto, 2000.

MUNANGA, K. TV Escola o canal da educação. Salto para o futuro. Entrevista, 2008. Disponível em <<http://tvescola.mec.gov.br/tve/salto/interview;jsessionid=C66C4B33F8CEC7AEC987785B479CE894?idInterview=8449>>. Acesso em 21 de julho de 2015.

MOURA, C. *Dialética racial do Brasil negro*: São Paulo: Anita Ltda, 1994.

SILVA JUNIOR, H. *Práticas pedagógicas para a igualdade racial na educação infantil*. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, 2011.

HASENBALG, C. A. *Discriminação de desigualdades racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Draal, 1979.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FRIEDMANN, Adriana. *Brincar: crescer e aprender: o resgate do jogo infantil*. São Paulo: Moderna, 1996.

ANEXO 1- Questionário aplicado aos educadores/as

- 01-Quantidades de educadores/as participantes da ação interventiva.
- 02-Sexo dos/as educadores/as.
- 03-Tempo de serviço dos educadores/as na escola.
- 04-Faixa etária dos/as educadores/as.
- 05-Grau de compreensão dos educadores/as sobre as temáticas que contemplam as relações raciais.
- 06-Grau de compreensão dos/as educadores/as a cerca da lei 10.369/2003.
- 07-Grau de presença das temáticas das relações étnico-raciais no ambiente escolar.
- 08-Vivência de situações de preconceitos racial no ambiente escolar, por parte dos educadores/as.

ANEXO 2- Máscaras africanas



